



## PODER

# Fachin: juiz como agente político gera desconfiança

Segundo o presidente do STF, um magistrado desperta suspeita pública quando age como se fosse agente político disfarçado de intérprete jurídico. Ministra Cármen Lúcia afirma que a crise de confiabilidade do Judiciário é "séria, grave e precisa ser reconhecida"

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, e a ministra Cármen Lúcia reconheceram, ontem, que o Judiciário brasileiro enfrenta uma crise de confiança. Eles defenderam a necessidade de autocrítica, aperfeiçoamento institucional e respeito aos limites de atuação da Corte. Em eventos distintos, os magistrados afirmaram que o cenário exige reflexão interna e respostas concretas, sob o risco de agravamento da desconfiança pública.

Fachin participou de uma palestra na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, onde declarou que o país enfrenta um conflito no Judiciário e que "é uma crise que precisa ser enfrentada com olhos de ver e ouvidos de ouvir".

O magistrado ressaltou que é preciso cautela na busca por resolver questões. "Sob pena de repetirmos, para problemas novos, soluções velhas que significam simplesmente relegar os problemas sem resolvê-los. E é nesse momento, creio, que o Poder Judiciário, e posso dizer da magistratura, da sua imensa maioria dos oito mil juízes do Brasil, tal como foi dito que há juízes em Berlim, também aqui é preciso dizer que há juízes no Brasil", frisou.

Ele foi além ao afirmar ser necessário cuidado redobrado na atuação do Judiciário. "Sempre que o juiz parecer estar atuando como agente político disfarçado de intérprete jurídico, perde-se a confiança pública", reforçando que "a política o que é da política, ao direito o que é do direito".

Fachin também falou sobre os limites da Justiça, que exigem reflexão e até autocontenção, defendendo que o Judiciário, inclusive o STF, mantenha-se vigilante quanto aos seus limites de atuação. "Toda expansão do poder, ainda que bem-intencionada, precisa ser acompanhada de autocontenção e reflexão crítica... É imprescindível que o Judiciário, e especialmente o Supremo Tribunal Federal, ao qual se atribui, não sem controvérsia, a última palavra sobre a Constituição, mantenha postura reflexiva sobre os limites de sua própria atuação", afirmou.

Sobre o relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, que pediu o indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, por suposta omissão no caso que investiga fraudes no Banco Master, Fachin disse que não se deve atacar a institucionalidade.

Piti Reali



**Quem nada deve nada teme. Nenhuma instituição é imune ao escrutínio, nenhuma pessoa. Agora, isso deve ser feito de maneira adequada. E, sendo assim, esta crise, que não nasceu dentro do Supremo Tribunal Federal, não será pelo Supremo Tribunal Federal ocultada"**

Edson Fachin, presidente do STF

O relatório foi rejeitado, mas provocou desconforto e declarações de ambos os lados. "O caminho de indiciamento por conta de decisão judicial nos parece não ser adequado. Eu defendo que, quando não se concorda com uma decisão, o caminho adequado é o recurso — recorrer, contestar, impugnar, e não atacar a própria institucionalidade", frisou.

Ele afirmou, ainda, que a Corte "irá continuar a defender a Constituição e a prerrogativa do Parlamento de investigar e fiscalizar, desde que isso seja feito dentro dos parâmetros constitucionais". O ministro enfatizou que ninguém é imune ao escrutínio. "Quem nada deve nada teme. Nenhuma instituição é imune ao escrutínio, nenhuma pessoa. Agora, isso deve ser feito de maneira adequada, nos termos do processo constitucional e das normas procedimentais.

E, sendo assim, esta crise, que não nasceu dentro do Supremo Tribunal Federal, não será pelo Supremo Tribunal Federal ocultada."

Segundo Fachin, a Corte e a República brasileira já enfrentaram outras crises, que foram superadas. "O Supremo Tribunal Federal e a República brasileira são maiores do que todas as crises que enfrentamos nas últimas décadas. Também superarão as vicissitudes e desconfortos atuais. O Supremo é uma instituição centenária, que, historicamente, deu respostas importantes na defesa do Estado de Direito e da democracia, e continuará a fazê-lo de maneira colegiada", ressaltou.

O ministro citou a atuação da Corte em temas relevantes, como escândalos de corrupção, impeachments presidenciais, combate ao crime organizado, conflitos federativos e questões de saúde pública. Ele finalizou afirmando que o tribunal

Rosinei Coutinho/STF



**A crise de confiabilidade é séria, grave e precisa ser reconhecida. Queremos que os jovens queiram ser juizes. Não é fácil. Tive mais momentos de alegria como advogada do que em 20 anos como juíza"**

Cármen Lúcia, ministra do STF

busca o caminho mais adequado, sem substituir outros Poderes.

Alessandro Vieira, por sua vez, usou as redes para comentar as declarações do magistrado: "O ministro Fachin, presidente do STF, coloca a situação nos termos certos: não há crise institucional, há discussão sobre alcance de uma CPI, mas o próprio ministro já aponta a resposta: 1. Quem não deve, não teme e 2. Uma CPI pode investigar tudo e todos, desde que com pertinência temática. No caso concreto, a pertinência temática foi definida pelo colegiado".

### Gravidade

Em evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, a ministra Cármen Lúcia declarou que a crise de confiabilidade do Judiciário é grave e precisa ser reconhecida, destacando que se trata

de um fenômeno global.

"A crise de confiabilidade é séria, grave e precisa ser reconhecida. Queremos que os jovens queiram ser juizes. Não é fácil. Tive mais momentos de alegria como advogada do que em 20 anos como juíza", contou.

A ministra criticou a falta de cumprimento da legislação, citando a Lei Maria da Penha. "A Lei Maria da Penha é uma das mais conhecidas, mas temos índices de feminicídio que nos colocam em sofrimento permanente. Somos bons para fazer leis, mas não para cumprilas".

Ela também criticou o excesso de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) no Congresso. "Todo parlamentar quer um artigo na Constituição para chamar de seu. Isso é um desvio, porque a Constituição deve ser a norma fundamental que orienta direitos e interpretações", argumentou.

### Fatores da crise

#### Exposição de ministros no caso do Banco Master

A vinculação, ainda que indireta, dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes em negócios e conversas com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, responsável pela maior fraude bancária do país. De acordo com a última pesquisa Datafolha, cerca de 70% dos brasileiros dizem ter conhecimento do caso, e, entre esses, 55% acreditam que pode haver envolvimento de ministros, o que intensifica a pressão sobre o tribunal.

#### Pressão política e pedidos de impeachment

102 pedidos de impeachment de ministros já foram protocolados no Congresso, aumentando o desgaste da instituição e dos magistrados. Levantamento do Datafolha aponta que 75% dos brasileiros avaliam que o STF tem "poder demais", evidenciando o desgaste na relação entre Judiciário e sociedade.

#### Críticas a benefícios e remunerações (penduricalhos)

Os auxílios e as verbas indenizatórias seguem no centro das críticas. O tema aparece recorrentemente associado à percepção negativa do Judiciário, ampliando a deterioração da imagem institucional.

#### Indiciamento de ministros em CPIs

A inclusão dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes na CPI do Crime Organizado elevou o nível de tensão entre os Poderes, ampliando o desgaste da Corte perante a opinião pública.

#### Queda na confiança, apontada por pesquisas

Levantamentos frequentes indicam deterioração significativa da credibilidade do STF. Pesquisa Datafolha mostra que 43% dos brasileiros dizem não confiar na Corte, o maior índice da série histórica, enquanto o percentual dos que afirmam confiar muito caiu de 24% para 16%. Além disso, 75% avaliam que a confiança no Supremo diminuiu nos últimos anos.

Rosinei Coutinho/STF



Moraes: Constituição não imuniza parlamentares por praticar ilícitos

## Voto para condenar Eduardo Bolsonaro

» IAGO MAC CORD

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou pela condenação do deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo crime de difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). Relator da Ação Penal 1.053, o magistrado sugeriu uma pena de um ano de detenção, em regime inicial aberto, além do pagamento de 39 dias-multa. Com o valor de cada unidade fixado em dois salários mínimos, o montante total da multa supera os R\$ 80 mil.

O processo originou-se de uma queixa-crime protocolada

por Tabata em 2021. Na ocasião, Eduardo Bolsonaro utilizou suas redes sociais para atacar um praticar ilícitos.

"A imunidade parlamentar material não pode ser confundida com um 'bilhete de identidade' para a impunidade, nem ser utilizada como um 'escudo protetivo' para a prática de atividades ilícitas", explicou.

Para o relator, as declarações de Eduardo Bolsonaro não guardam nenhuma relação com o desempenho do mandato. Segundo o ministro do STF, a postagem feita no X (antigo Twitter) teve o objetivo específico de atingir a reputação da vítima por meio da divulgação

não imuniza parlamentares que se desviam de suas funções para praticar ilícitos."

"A imunidade parlamentar material não pode ser confundida com um 'bilhete de identidade' para a impunidade, nem ser utilizada como um 'escudo protetivo' para a prática de atividades ilícitas", explicou.

Para o relator, as declarações de Eduardo Bolsonaro não guardam nenhuma relação com o desempenho do mandato. Segundo o ministro do STF, a postagem feita no X (antigo Twitter) teve o objetivo específico de atingir a reputação da vítima por meio da divulgação

de informações sabidamente inverídicas.

Ele ressaltou que a conduta típica do crime de difamação, conforme o artigo 139 do Código Penal, e apontou que o uso de redes sociais atua como um agravante, dada a velocidade e o alcance das ofensas no ambiente digital.

Ao abordar a defesa do réu, que alegava o direito à livre manifestação, o magistrado reforçou que o Estado de Direito não admite abusos sob o pretexto de liberdade de opinião. O julgamento ocorre no plenário virtual do STF. Os demais nove ministros da Corte têm até as 23h59 do dia 28 para votar.